

# Elpídio Reis

---

Elpídio dos Santos Silveira Reis (Ponta Porã, 1920 – Rio de Janeiro, 1997), jornalista, é autor de dezesseis livros, entre eles PONTA PORÃ – POLCA, CHURRASCO E CHIMARRÃO (1981); TERNURA, DOCE TERNURA (1984); A OUTRA MONA LISA (1986) e SÓ AS DOCES... (1993). Foi incomparável agente cultural em Mato Grosso do Sul.

## O velho

O velho, sentado num pedaço de tronco de madeira feito banco, tinha a parede da casa como encosto. Cuspiu grosso para o lado esquerdo e me disse: – Minino, o toró tá se armando feio... lá pros lado do Amambaí.

Tirei os olhos do Almanaque do Pensamento, onde admirava deslumbrado as figuras... e olhei para o céu. Vi nuvens densas, escuras, se espalhando. Trovões, relâmpagos e raios de quando em quando estouravam no ar.

– É, vamos ter tempestade... – respondi.

– E das boa! – completou o velho, ajeitando-se no banco onde se achava, fazia mais de uma hora, sem nada fazer, apenas deixando o tempo passar. De momentos em momentos alisava a barbicha branca e meio rala. Aquilo era cacoete do velho.

Os arbustos, ao lado da casa, balançavam fortemente curvando-se para o nosso lado. Árvores das gigantes não havia por perto. O velho dizia que árvore alta atrai raio para dentro de casa. Galhos, com folhas, quebravam-se e rolavam pelo chão. Folhas secas eram varridas pelo vento.

Galinhas, porcos e um bode velhusco caminhavam em direção de uma casinhola onde se abrigariam da chuva.

Olhos atentos, o velho me disse: – Vai sê toró demorado. Vai até esfriá...

Puxando conversa, perguntei:

– Como é que o senhor sabe?

– Ora, se sei... meus lastimaço tão doendo... é sinar de frio...

Dito isso o velho levantou a manga da camisa e mostrou uma enorme cicatriz no braço direito. Ia do pulso até quase o final do braço. A seguir, levantou a perna da calça, também lado direito, e mostrou outra cicatriz. A pele, ali, era mais murcha ainda. A perna, mais fina que a outra. Acho que também mais curta e meio dura. Por isso, quando ele andava, puxava daquela perna. Depois de adulto, fiquei sabendo que esse defeito tem o apelido de “deixa que eu chuto”...

Sem ter entendido o que me dissera, apesar de ter visto as feias cicatrizes, perguntei curioso:

– O senhor disse “lastimaço”?

– É, eu fui lastimado na Guerra do Paraguai. Os ferimento no meu corpo foi com lança numa peleia braba, a cavalo. Quase morri esvaído em sangue. Tive entre a vida e a morte, uns vinte dia... os brasileiros diziam que as lança dos paraguai eram envenenada. Não sei se isso era verdade...

Ficou pensativo por uns segundos e depois disse entre entusiasmado e orgulhoso:

– Minino, aquela briga foi feia! Mais de mil home, de lado a lado, brigando de lança e espada... nosso comandante era o General Osório. Home valente tava ali. Comandava gritando com um vozeirão que retumbava campo fora e brigava ao mesmo tempo. O home era uma tempestade...

Olhando para o céu, acrescentou:

– Igual essa que vem aí...

– Mas como foi seu “lastimaço”? – perguntei.

– Ah! foi na refrega... Depois que furei com minha lança o bucho duns cinco, um paraguai me acertô no braço... a lança caiu da minha mão... aí ele procurô acertá minha barriga... mas dei de rédea no meu pingô, que era bão de doê, e desviei prum lado. Aí o inimigo só pegou minha perna. Caí do cavalo e ele pensou que eu tava liquidado... foi brigá com outro. Os paraguai eram valente como eles só. Quando chegavam avançando pro combate, pareciam tigre brabo...

Pensou de novo... e completou a explicação meio se gabando:

– Nós brasileiro não ficava atrás nem uma polegada...

Disse isso e riu gostosamente.

Sobre a Guerra do Paraguai eu, embora só tendo dez anos, era meio doutor, pois o que mais gostava de ouvir eram as histórias dos combates que meu avô me contava com muito entusiasmo. Ele gostava de falar dos “Lanceiros da Cavalaria”, pois fora um deles.

Eu queria ainda puxar mais conversa sobre a Guerra do Paraguai, mas o velho se levantou dizendo:

– Ih! minino, vou recolhê lenha pro fogo... senão a gente fica sem lenha seca.

Enquanto ajudava o velho a recolher lenha, eu olhava para o céu. O horizonte, para o lado da chuva, cada vez mais cinzento, escuro... vi bandos de aves... outras, duas a duas, voavam em direção contrária, fugindo do chuvaço que se aproximava. Os papagaios voavam numa conversa sem fim, parecendo que tinham muito assunto.

Era por volta das cinco da tarde.

Estava eu ali – vindo de Jaguaretê – à espera de uma condução que passasse pela estrada real, à frente da casa do velho, uns cem metros, se tanto. É que o caminhão sobre cuja carga eu viajava, quebrou o diferencial... o chofer, paraguaio, pegou a mão da rapariga dele, apontou para a casa do velho, que ficava a uns mil metros, e me disse:

– Gurizito... acho bom usted ficá esperando um carreta lá no casa do véio... caminhon non vai passá mais hoje. Nóis bamo procurá recurso por aí...

Lá se foi o casal, de mãos dadas, caminhando pela estrada, ao deus-dará.

Meu destino era Ponta Porã, onde ia me apresentar ao diretor do Grupo Escolar Mendes Gonçalves, para iniciar meus estudos. Meu pai, quando fora à cidade – já fazia dois meses – me havia matriculado. Eu contava as horas que faltavam para chegar à escola... pois meu sonho era aprender a ler... para ler um livro enorme que meu avô tinha sobre a Guerra do Paraguai. O livro tinha centenas de retratos, sendo o primeiro, de página inteira, o do Mariscal Solano Lopez, com uniforme lindo. O segundo retrato, também de página inteira, era o da esposa do Mariscal, e que hoje sei chamar-se Mme. Lynch... O livro era escrito em castelhano. Meu avô tinha grande ciúme do livro. Eu só folheava aquela preciosida-

de à frente dele. Às vezes, quando aparecia fotografia de campo de batalha, meu avô me contava, muito compenetrado, as brigas dele na guerra... Sempre elogiava o General Osório.

Pois é... eu tinha pressa em chegar a Ponta Porã, para entrar logo na escola e, no entanto, estava ali desde cedo. E, pelo visto, teria que pernoitar, pois tudo indicava que naquele fim de tarde ou mesmo à noite, não passaria nenhuma condução. Comida eu tinha, pois minha mãe, providente como sempre, me fizera viajar com substancial matula. Ela sabia que a chegada era sempre incerta.

– Vamo pra dentro, minino... Daqui mais um tempinho vai sê água pra tudo lado. E parece que vamo tê muitos dia de chuva.

O velho vivia sozinho porque isso era de seu agrado. Fora amigado por uns quarenta anos. A mulher morrera fazia uns vinte, mordida por cascavel. Isso aconteceu quando moravam na fazenda do coronel Tibúrcio Terêncio, pras bandas de Graças de Deus, perto da grande fazenda do *seu* Lídio Lima.

Depois que a mulher morreu, a única filha que tinha arranjou marido, bateu asas e voou. Não era má filha. Ao contrário. Por vezes, quando encontrava portador de confiança, mandava um dinheirinho para o pai. Quando podia – de ano em ano, por aí – vinha visitá-lo. Morava no interior do município de Campo Grande, segundo diziam.

Naquela primeira noite em que fiquei na casa do velho, a tempestade, como se anunciara, veio terrível. Tive medo, pois imaginava que a casa ia cair, ou voar, sei lá.

Durante nosso comes-e-bebes daquela noite – que fora demorado, quase que sob outro ritual, à meia-luz, porque a lamparina era fraca, debaixo daquele toró que me fazia medo – quem puxava conversa era o velho. Ele queria saber tudo a meu respeito. Lembro-me, como se fosse hoje, de quando me perguntou: – O que você vai fazê na cidade?

– Vou entrar na escola, pra aprender a ler – respondi.

– Você qué aprendê?

– Quero... demais... mamãe diz que já estou até passando da idade... já fiz dez anos.

– Não se preocupe com a idade – disse o velho – você tem é que vivê com o tempo, deixando ele passá... e aprendendo com ele.

O que me começou a causar curiosidade é que o velho de vez em quando se aventurava a dizer umas coisas sobre meu futuro. – Você não sabe lê mais vai sê um escrivinhadô... te garanto.

– Escrivinhadô?

– É... desses camaradas que escrevem essas coisas que andam nos livros... escritô... é, escritô... como dizem por aí... assim como esses que escrevem o Almanaque do Pensamento... aquele livro que você tava oiando hoje de tarde...

Como aquele assunto passou a me interessar muito, depois do jantar quem puxava conversa era eu:

– Como é que o senhor sabe essas coisas que me disse?

– Óia... disse o velho – eu não tive escola... Vô te contá... No Rio Grande, onde eu nasci... na campanha, não tinha escola. Sempre trabaiei na roça. Quando fiquei home, com dezoito ano, fui pra guerra. Quando vortei fui trabaia pesado. Adespois fui pra Corriente, na Argentina. Lá ajuntei os trapos com a falecida e viemo pra cá. Quem me ensinô um poco a lê foi a falecida. Agora leio pro gasto... Meio devagar, porque a vista anda fraca pra perto... mas leio. Pra longe minha vista é boa... macanuda...

Tornei a perguntar: – O senhor não me disse como é que sabe que eu vou ser escritor.

O velho, embora tentando fugir do assunto, acabou me dizendo: – Óia... sabe... eu sô meio vidente... não diz pra ninguém...

Aí eu perguntei:

– Que é vidente?

– Óia, minino... tu é muito preguntadô... vidente é... bem... quando tu ficá home vai sabê.

Dito isso, pegou minha mão direita, ajeitou a luz da lamparina e falou confiante no que dizia:

– Óia... óia... tá aqui na tua mão o sinar provando o que digo...

– Provando?

– É... esta linha, com esta vortinha parecendo estrada carreteira que dizê isso que tô te dizendo...

– O que o senhor está me dizendo?

– Ora essa... que você vai andá por esses mundo a fora... vai andá por aí... pelas estradas da vida... por esse mundão de Deus...

– Mas como é que o senhor sabe que eu vou ser escritor? É isso que eu quero saber.

O velho riu, mas acabou me dizendo: – Ah... isso eu vejo nos teus óio...

Fiquei três dias na casa do velho. Segui viagem com um carreteiro, amigo de meu pai.

Quando voltava de férias à minha casa, na fazenda, e sempre que podia, visitava o velho ainda que por uns momentos. Jamais me esqueci daquele amigo. Soube que ele morreu quando dormia, com 92 anos e que não modificara seu estilo de vida até o fim. Foi enterrado ao lado da casa, que virou tapera. Os bichos do velho o vizinho levou, menos o bode, que morreu de velhice, antes do dono. Durante muitos anos, pessoas que costumavam aconselhar-se com ele, vinham até de longe e, ajoelhadas junto ao túmulo, faziam orações e pediam inspiração para a solução de seus problemas, suas angústias... e saíam dali de alma mais aliviada...

Gostei tanto daquele velho que outra coisa não tenho feito na vida, de persistente, senão andar por aí a escrever... escrever...

Não aceitaria, de forma alguma, a idéia de que ele não acertou quando “leu” o meu modesto futuro.

## Polca

Quando eu era bebê e minha mãe me colocava no berço para dormir... ela, embora brasileira, cantarolava música paraguaia, que era a música da região. É... eu, bebê, dormia ao som de canções de ninar, que na verdade eram música paraguaia. Sei disso porque mais tarde, já crescidinho, via minha mãe ninando meus irmãozinhos, com as mesmas cantarolas.

Quando eu menino, na fazenda de meu pai, havia um capataz paraguaio, chamado Vilhalba, exímio violinista, excelente no violão, no cavaquinho e até na sanfona. Ele tocava, como mestre, todos os instrumentos musicais que eu conhecia.

O Vilhalba atraía outros músicos, sobretudo Carai Leú com sua harpa, por isso minha casa, na fazenda, volta e meia se enchia de música. De música paraguaia, é claro... E mais: em qualquer lugar que eu fosse, nas outras fazendas, por exemplo, paraguaios ou brasileiros, só tocavam polcas.

Com dez anos fui para Ponta Porã, estudar. Na cidade, continuei ouvindo música paraguaia. Quando me decidi aprender a dançar, aprendi primeiro as polcas... Era natural.

Aos dezesseis anos fui para Campo Grande. Ali, as duas principais sorveterias da época, a Bom Gosto e a Bom Jardim, uma a vinte metros da outra, na Rua 14, disputavam a preferência do público, procurando apresentar, cada uma delas, o melhor sorvete e, sobretudo, os últimos discos de polcas paraguaias.

E minha infância, minha adolescência e mocidade, a rigor, 95% pelo menos, das músicas que eu ouvia, eram polcas.

O mesmo aconteceu, no meu tempo, com todos os habitantes da fronteira Brasil-Paraguai. Posso atestar que as polcas paraguaias penetravam muitos quilômetros adentro da fronteira, atingindo municípios que nem fazem limite com o Paraguai. Em Maracaju, Aquidauana, Dourados, Miranda, por exemplo, pelo menos até alguns anos atrás, os bailes nas fazendas eram à base de música paraguaia.

Hoje, se eu tivesse que descrever a música paraguaia, diria que ela representa a alma de um povo sofrido, mas heróico e amante das belas coisas da vida, de um povo generoso que representa um país fascinante, em sua natureza e até seu primitivismo, de morros e planícies inesquecíveis, onde o ar que se respira como que tremula no espaço pleno de musicalidade. De um povo que canta, que ri, que chora, se alegra ou se entristece e cujos sentimentos tomam corpo e voam por sobre montanhas, atravessando florestas, ganhando beleza, novas emoções e se perdendo além dos horizontes, tocando fundo no coração das Américas. De um povo macanudo que na fronteira sul-mato-grossense soube conquistar a amizade dos brasileiros, mantendo-os prisioneiros aos seus abraços,

às suas harpas, aos seus violões e à graça típica de suas mulheres, morenas e bonitas, envolventes, sentimentais e, por vezes, meio misteriosas.

De um povo, enfim, que tem na música o seu mais fiel e autêntico retrato.

## Churrasco

Os ponta-poranenses são, como poucos, afeiçoados ao churrasco. Tudo é motivo para um bom churrasco. Festa de noivado, de casamento, por exemplo, tem que ter um grande churrasco. Se nasce o primeiro filho é motivo para outro churrasco. Quando o filho completa o primeiro ano, mais outro churrasco...

Se um fazendeiro convoca a vizinhança para um mutirão ou “puchi-rão”, como se diz nas fazendas da fronteira, o almoço é churrasco. Se é dia de marcação de bezerrada, outro churrasco.

Quando um filho de fazendeiro volta da cidade grande – geralmente Rio de Janeiro, São Paulo ou Curitiba – formado, de anel no dedo, é motivo de festança com muito churrasco e assim por diante.

Sempre foi assim. Até hoje, de vez em quando, surge a notícia de que o fazendeiro tal, por ocasião do casamento da filha ou filho, matou dez vacas para AQUELE CHURRASCO...

Para que o churrasco seja considerado tipicamente fronteiriço (Brasil-Paraguai), entretanto, tem que ter mandioca cozida e música paraguaia. Polcas, é claro.

Como bebida durante o churrasco, os gaúchos preferem o vinho, sobretudo no inverno. Os ponta-poranenses gostam tanto de cerveja como de vinho. Como aperitivo, ambos adoram uma boa “batida”...

Em matéria de churrasco nada demais, já que a população de Ponta Porã e municípios vizinhos é um prolongamento da população do Rio Grande do Sul.

-----

# Paulo Coelho Machado

---

Paulo Coelho Machado (Campo Grande, 1917–1999) é o cronista-mor de Campo Grande. Escreveu *PELAS RUAS DE CAMPO GRANDE* (cinco volumes), descrevendo principalmente a história das pessoas que construíram a capital do Estado. Autor ainda de *PARCERIA PECUÁRIA*, obra jurídica, clássica no assunto.

## O Doutor Sílvio de Andrade

Ao lado do cartório Sá Carvalho (*na Rua Barão do Rio Branco, em Campo Grande*), Sílvio de Andrade tinha o consultório médico mais amplo, equipado e decorado da cidade. Eram três salas de espera, gabinete do médico, compartimentos para curativos, além de outros, que abrigavam seus sofisticados aparelhos. Clínico geral e cirurgião, conseguiu boa clientela no Estado. Magro, alto, loiro, foi meu contemporâneo de ginásio e depois colega de turma no CPOR do Rio de Janeiro. Formávamos um grupo de mato-grossenses ali: Jair Garcia de Freitas, Hugo Pereira do Vale, Manoel de Barros, Humberto Neves, Sílvio e eu.

Num exercício de abrir trincheiras, em Gericinó, havia uma turma que cavava os buracos, enquanto outra descansava debaixo de uma árvore. Na hora do rodízio, um grupo passava pelo outro. Foi aí que descobrimos um meio de não fazer força. Ficávamos no final do bando e, quando vinha o pessoal para a árvore, nós, disfarçadamente, voltávamos na cauda da fila. Outros foram imitando, até que o capitão descobriu a marotagem porque o número dos que cavavam a trincheira se reduziu a meia dúzia, enquanto que o da sombra aumentou tanto, que não cabia debaixo da árvore.

Hugo Pereira era o *caxias*. Enquanto nós íamos para o quartel de uniforme de campanha, o poeta usava túnica, quepe e botas com esporas. Na Praça da Bandeira, ponto final do bonde que tomávamos na Lapa,

ele trocava de farda, no café de um português, onde recebíamos a primeira refeição às cinco horas da manhã, indo a pé até o quartel da Avenida Pedro Ivo, junto à Quinta da Boa Vista.

Manoel de Barros, o Nequinho, já preocupado com a literatura, não dava muita bola para o curso. Um excelente companheiro, sempre alegre e filosofando sobre a vida, emitindo conceitos, a contar coisas e “pré-coisas” de seu querido Pantanal. Era o único corumbaense e, com seu jeito reservado e tímido, integrou-se perfeitamente no grupo, sendo um de seus elementos mais divertidos.

Humberto Neves, filho do juiz de direito Eurindo Neves, era extremamente desligado de tudo. Um dia, ouviu dizer, entre os colegas, que se não devia fazer continências para os sargentos, uma vez que nós, como alunos, em preparo para o oficialiato, devíamos ser considerados superiores. Vai daí que um dia o Humberto, fardado, subiu num bonde, olhou para trás, onde estava o sargento e sem qualquer cumprimento assentou-se calmamente. O militar bateu-lhe no ombro, reclamou a continência e exigiu que se sentasse no banco de trás dele. Vira-se o Humberto simploriamente para dizer: “Nós, lá no CPOR, resolvemos não fazer mais continência para sargento.” O fato foi levado ao conhecimento do comando, que suspendeu o insubordinado por uma semana.

De outra feita, num exercício de telefones de campanha, na Quinta da Boa Vista, em que um aparelho foi colocado na porta principal e o outro no extremo oposto, tão logo estabelecida a comunicação, os alunos começaram a testar o telefone, brincando uns com os outros, falando bobagens, dando ordens e fazendo xingamentos, apresentando-se com patentes importantes: “Aqui fala o capitão Rodrigues. Você está escalado para limpar as privadas do quartel”; e assim por diante.

Quando chegou a vez do Humberto, ele ouviu do outro lado do fio alguém dizer: “Aqui é comandante do CPOR, coronel Lacerda. Está me ouvindo bem?” Humberto responde do outro lado: “E aqui é o Ministro da Guerra. Você vai ser demitido, seu vagabundo, para aprender a comandar essa joça.”

Acontece que o homem era mesmo o comandante. Custou-nos criar um mistifório e evitar a identificação do interlocutor do coronel, que ficou possesso, mas nada pôde fazer.

Jair Garcia anotava todas as aulas numa caderneta vermelha, com excelente letra. Nas vésperas das provas, reuníamos-nos no quarto de pensão de um de nós e, aí, destrinchávamos os complicados enredos anotados sobre tática, transmissão ou armamento.

Jair e Hugo estiveram depois na Itália, nas forças da FEB. Tenho ainda comigo uma carta do Jair em que ele me comunica minha convocação para o estágio no Rio de Janeiro. Logo me apresentei aqui na 9.<sup>a</sup> Região e servi no 18.º BC.

Sílvio e Jair, com bonitas carreiras, já firmadas, faleceram prematuramente, na mesma ocasião, aos trinta e sete anos de idade. Humberto entrou para a magistratura. Aposentado, viveu em Ponta Porã, onde veio a falecer.

Manoel de Barros morou no Rio e Corumbá, transferindo-se para Campo Grande mais tarde, sendo hoje um dos mais consagrados e premiados poetas do Estado, com renome nacional.

## O portão de ferro

O primeiro moinho de vento instalado no perímetro urbano de Campo Grande foi o de Zeca Taveira, na esquina da Rua 15 de Novembro com a Rui Barbosa. Mas, antes disso, Amando de Oliveira já colocara engenho idêntico em sua fazenda Bandeira, junto da casa da sede, por volta de 1905. Não confundir aquele que existiu muito mais tarde na atual Avenida Bandeirantes, parte também da fazenda Bandeira e próximo do famoso Portão de Ferro.

A área dessa fazenda, adquirida de José Luís Pereira, era de 1.250 ha de boas pastagens nativas. Amando, um fazendeiro progressista, mediu e cercou o perímetro, dividiu o terreno em invernadas regulares para melhor manejo do gado. Construiu de alvenaria a casa da sede, varanda em volta, no estilo funcional das fazendas paulistas da época.

O Anhanduí margeava toda a porção ocidental da gleba. A medição e demarcação, realizadas pelo tenente Leonel Velasco, tiveram a respectiva planta assinada por Soter de Araújo França.

A atual Avenida Bandeirantes era a mais importante estrada de saída da vila: para a fronteira, para Nioaque e, portanto, para as fazendas da

Vacaria e até para a boiadeira que demandava São Paulo. Ela cortava a fazenda no lado poente. Os cavaleiros e carreteiros que a utilizavam tinham o mau hábito de deixar aberta a “cimbra” ali existente. Pior foi a porteira de varas. Daí a colocação de um portão de ferro. Ficava na Avenida Bandeirantes, mais ou menos na altura do prédio hoje ocupado pela Enersul, e chegou a dar nome ao próprio bairro.

Milton Vicente Ferreira, que nasceu e foi criado perto do Porto de Ferro, publicou obra evocativa da infância, onde informa que essa peça foi ali colocada pelo administrador da companhia inglesa que adquiriu a fazenda após a morte de Amando. Há também os que afirmam a existência do portão antes da alienação da propriedade. O fato é que toda gente o conhecia de muito tempo.

Nas proximidades ficavam estacionadas as carretas dos fazendeiros para a recuperação dos bois nas viagens de volta às fazendas, com o carregamento de sal, arame e tantas outras mercadorias.

Há a suposição de que o fabricante do portão de ferro tenha sido o alemão Júlio Dittmar, casado com Jacinta Vieira, irmã de Idalina Vieira Mestre, a primeira telefonista de Campo Grande, primas da mulher de Amando, Dona Dorô.

Dittmar foi o primeiro serralheiro da região e único por muito tempo. O engenheiro Euclides de Oliveira, sem fazer uma afirmativa categórica, admite a hipótese de que seu pai tenha colocado o portão, que Milton Ferreira recorda com tanta emoção.

## O Estado de Sítio

Exatamente cinqüenta dias após a instalação da comarca, o coronel Bento Xavier fez o cerco da cidade de Campo Grande, no comando de cerca de trezentos homens. Ele já não era o caudilho idealista da autonomia do sul; sua força transformara-se num grupo de bandoleiros e saqueadores que punha em polvorosa as fazendas e os povoados sul-mato-grossenses.

Amando de Oliveira, presidente da Câmara, a mais ativa e singular figura dos primeiros tempos de Campo Grande, improvisa rapidamente a reação, pondo em fuga o invasor. O juiz Arlindo de Andrade Gomes

cumprimenta o impávido defensor da vila e sente, pela primeira vez, o sentido das palavras dele ouvidas quando da visita da comissão que o recebera na sua primeira noite em Campo Grande. Sim. Conhecem-se os homens pelas armas...

Entrementes, as tropelias iriam continuar. Havia na cidade um pequeno destacamento policial de quarenta homens, comandado pelo tenente Constantino de Sousa, indivíduo arrogante, encristado, de maus bofes, que seguidamente se valia do cargo para cometer atos desarrazoados e truculentos. Em lugar de combater os invasores, fugiu de medo. Quando soube da façanha de Amando, sentiu-se diminuído e envergonhado em sua covardia.

No dia 27 de junho, cinco dias após o fato, eis que o tenente Constantino, sem mais nem menos, ordenou a prisão de Amando de Oliveira, sob pretexto de que ele, como civil, não podia ter promovido as medidas de defesa da comunidade, atribuição privativa da força policial. Imediatamente, o juiz Arlindo de Andrade Gomes concede uma ordem verbal de hábeas-cópus em favor do presidente da Câmara. A autoridade policial não só descumpre a ordem, como determina a prisão do próprio juiz que, para evitar a execução do ato absurdo, se retira para uma fazenda nas proximidades, onde fica homiziado.

A população começou a arregimentar-se, indignada com a prisão de seu líder, o vereador Amando de Oliveira, querido da vila por sua correção, arrojo e dedicação à causa pública e herói dos últimos acontecimentos.

De repente, levantou-se uma fúria popular sem precedentes. Grandes concentrações nos pontos estratégicos. Toda a gente na rua. Rumores de ataque ao destacamento e outros fatos semelhantes fizeram com que a autoridade violenta, mas covarde, colocasse em liberdade o prisioneiro e fugisse da vila, temerosa da represália da população, que não estava disposta a admitir as exorbitâncias da força, sobretudo depois da demorada luta para a conquista da comarca, que representava a paz e a segurança.

Durante dois dias ausenta-se a pequena tropa policial para depois voltar ao quartel, quando o prepotente comandante baixa, por decreto, um esdrúxulo e impagável estado de sítio em Campo Grande, com o seguinte texto, que custa-nos acreditar tenha sido de fato editado:

“O primeiro tenente Constantino de Sousa, atendendo às condições atuais da região Sul de Mato Grosso, sem segurança e sem governo e que esta Vila se acha sem autoridades;

Decreta:

Art. 1.º – Fica desde esta data em estado de sítio a Vila de Campo Grande e todo seu município.

Art. 2.º – Contra todos indistintamente que perpetrarem crimes contra a ordem pública e seguranças das autoridades a chefia de polícia Militar, ora criada, aplicará as leis de guerra.

Art. 3.º – A Agência do Correio, os Cartórios Judiciais, a Intendência Municipal serão fechadas e seladas até completa ordem.

Art. 4.º – Tendo retirado-se desta Vila o dr. Juiz de Direito, mando interditar e guardar a sua casa não havendo trabalho judicial até segunda ordem.”

Levado o fato ao conhecimento da autoridade superior, só muito mais tarde foi o trêfego Constantino destituído do comando do destacamento e punido pelo seu impensado e ridículo ato.

Revoltado com o insólito episódio, epítome do desprestígio da justiça e da falta de garantias para o exercício da nobre função que desejava desempenhar com rigor e decência, decidiu o dr. Arlindo de Andrade, logo depois, exonerar-se do cargo, sendo substituído pelo dr. Vicente Miguel da Silva Abreu, natural de Goiás, que pediu remoção também da comarca de Nioaque.

Foi dessa forma que Campo Grande, em tão pouco tempo, perdeu seu primeiro e grande juiz.

## Napoleão

Chamava-se Napoleão. Não me lembro do sobrenome. Baixo, claro, cabelos encaracolados, obeso, olhos mortíços, grandes, de coloração azul desbotada.

Cumpria pena na cadeia de Campo Grande, quando o conheci. Mandara chamar-me por intermédio de uma mulher da Rua 7, de nome Abigail, que presumi fosse sua ex-amante. Era educado, voz suave, apa-

gada, gestos estudados, comedidos, elegantes, conversa agradável. Confessou-me que viera de São Paulo fugido da polícia, pois, dizia ele, sem reboços, e com notória bazófia, ser o maior falsificador do Brasil. Falsificava tudo: assinaturas, quadros de pintores famosos e até dinheiro. Era o rei da contrafação.

Estivera em Cuiabá, onde fraudara assinaturas do governador e de outras autoridades em títulos de terras e documentos importantes, sem ser descoberto. A mim, dizia não ter receio de contar toda a verdade, porque confiava cegamente nos advogados. Era sua norma.

Em Campo Grande, andou adulterando notas promissórias e cheques, fato que o levou à prisão. Já estava com sentença condenatória. Fez-me várias demonstrações com minha própria assinatura. Ele colocava o modelo de cabeça para baixo e copiava rapidamente, com extrema perfeição.

Contou-me, então, uma história comprida, de um comparsa de absoluta confiança que, fora das grades, guardava o dinheiro dele, duzentos contos de réis, numa ocasião em que o velho Afonso Rufino construiu seu confortável sobrado da Rua 13 de Maio, em frente ao Jardim, por oitenta contos de réis, uma das melhores residências de Campo Grande, que serviu até para hospedar o ditador Getúlio Vargas, quando visitou nossa cidade.

Não acreditei na história, mas perguntei-lhe em que poderia ser útil, pois notei que tencionava pedir alguma coisa.

“Estou verdadeiramente enrascado”, respondeu-me, “porque soube que o delegado mandou buscar minha ficha em São Paulo. Certamente virá uma precatória e serei transferido para lá, após cumprir a pena a que fui condenado aqui e ainda perderei o benefício do livramento condicional”. Era familiarizado com os dispositivos do Código Penal. Vi mesmo que havia, em cima da cama dele, uns compêndios de Direito Criminal. Discorria com segurança, boa interpretação e coerência. Sabia igualmente os meandros do processo e estava perfeitamente a par de sua própria situação e penas a que estava sujeito.

Depois de muito rodeio sussurrou a grande proposta, um tanto contrafeito. “O senhor é um advogado novo. Certamente precisa de trabalho e de ganhar dinheiro. Pois tenho tudo isso para oferecer”. Abriu uma

pasta de cartolina azul, de onde retirou um papel de ofício e, quase sem fôlego, balbuciou: “Dou-lhe metade de minha riqueza – cem contos de réis – ainda hoje, desde que senhor me tire daqui, em seguida, usando este alvará de soltura”. Curiosamente tomei-lhe o papel e verifiquei estarecido que era realmente um impresso usado em cartório, com a assinatura perfeita do juiz Eurindo Neves.

Não me disse se o alvará era todo falso ou se apenas mudara o nome do beneficiário pelo dele próprio. Nada mais pude fazer senão dar-lhe alguns conselhos legais e também de comportamento e logo me despedi.

No mesmo dia recebi um retrato de Rui Barbosa, feito a bico de pena, pelo Napoleão, com um bilhete muito bem escrito, com sua mensagem de agradecimento pela visita e pelos conselhos, desculpando-se pela indecorosa proposta.

Um dia, soube que o “maior falsificador do Brasil” conseguira evadir-se da insegura cadeia de Campo Grande, sem deixar rastros, presumindo-se que teria usado uma chave falsa para isso.

Ao longo de minha carreira de advogado criminal sempre tentei penetrar na intimidade daqueles clientes que me pareciam de psicologia mais estranha ou digna de estudo. Napoleão era um deles. Um indivíduo com educação, cultura, conceitos, que me pareceram ir de encontro à realidade de sua vida criminoso.

Por isso perguntei-lhe como se iniciara na senda da delinquência. Respondeu-me que era de família de classe média, gente boa, recebera educação severa. Completara o ginásio em colégio de padres, no interior de São Paulo, e que atribuía sua “vocaçãõ” para as falsificações à grande inclinação que tinha para o desenho. Começou por brincadeira fazendo retratos, caricaturas, letras góticas até chegar às cópias de assinaturas. Daí para o crime foi questão de oportunidade, a que se entregou um tanto irracionalmente, como uma fatalidade da qual não se pôde esquivar.

Depois a repetição dos atos, o ganho fácil do dinheiro, um histórico que se foi sucedendo e que mais ou menos comprova a concepção dinâmica do delito, elaborada por Mezger.

Vangloriava-se de saber dar ordens e conceber estratégias, como seu homônimo imperador.

-----

# Antônio Lopes Lins

---

Antônio Lopes Lins (Sobral, CE, 1912 – Campo Grande, 1990), bancário e professor. Foi incentivador de escritores iniciantes. Dentre suas obras figuram: CAMINHOS DE LAMA (1972), JANAÍNA, A CANÇÃO DO MINUANO (1976), CRÔNICAS DA CIVILIZAÇÃO (1978), CRÔNICAS DO TEMPO (1978), ACONTECÊNCIAS (1983).

## Juiz de direito em Corumbá

Em 1902 Mato Grosso se achava em plena ebulição. Governava o Estado, com o título de presidente, o coronel Antônio Pedro Alves de Barros, “um homem de cultura e cavalheiro de aprimorados dotes, hauridos no ensinamento de nossa Marinha de Guerra. Entretanto, envolvido por sua *entourage*, entregou ao coronel Antônio Paes de Barros, o célebre Totó Paes, famoso comandante da Legião Campos Sales, o comando das forças irregulares que se arregimentavam para manter o prestígio da autoridade constituída, em face da debilidade da força policial” (Demóstenes Martins, HISTÓRIA DE MATO GROSSO, p. 87).

A desordem campeava, malogrando a ação administrativa do governante. Havia uma luta acirrada entre os grupos de apoio aos Murtinho – Joaquim, o ministro e Manuel, o ex-presidente – e a Generoso Ponce, então senador e o político de maior prestígio pessoal do Estado.

Essa luta, que em 1898 culminara com a invasão de Cuiabá por grupos a mão armada, especialmente a afamada Legião Campos Sales, com o objetivo de forçar a Assembléia a reconhecer a eleição de um candidato, em 1901, chegava, até, a atos de extrema violência, culminados com a “chacina da baía do Garcês”, onde dezessete corpos, alguns ainda com vida, foram atirados à voracidade das piranhas.

Foi o presidente Alves de Barros quem nomeou Eduardo Olímpio Machado, por determinação de Joaquim, juiz de direito da comarca de Corumbá. E no mesmo ano (1903) em que o dr. Machado assumiu seu cargo, a 15 de agosto, investiu-se na presidência do Estado o famigerado coronel Totó Paes.

Antônio Paes de Barros, ou Totó Paes, é uma das mais fascinantes figuras da velha política de Mato Grosso. Um vulto singular em busca de um grande biógrafo.

De um lado era o empresário bem sucedido, o implantador da Usina Itaici, modelar estabelecimento industrial, dotado dos mais adiantados métodos de produção da época – um criador de riquezas e condutor de homens. De outro, era o indivíduo despótico, voluntarioso, violento, sempre pronto a fazer-se obedecido, incapaz de um diálogo franco, de um debate aberto de opiniões.

Figura de elevado carisma e grande autoridade pessoal, não vacilou em descer às maiores violências para impor sua autoridade. Entretanto, não raras vezes reconheceu seus erros e procurou consertar seus desmandos, sabendo ser, então, cordial e justo.

Eduardo Olímpio Machado aportou a Corumbá em um tempo de insegurança e violência. E, a despeito do clima em que vivia, foi um magistrado à altura das melhores tradições de nosso país. Logo o novo magistrado se fez respeitado e estimado na Cidade Branca – então, como hoje, uma urbe florescente, de vida social desenvolvida e atividade comercial intensa, marcada pelo comando da navegação fluvial – naquele tempo o meio quase exclusivo de comunicações do Estado.

Machado não foi apenas o juiz das decisões justas, calcadas em sólido saber jurídico e numa extraordinária perspicácia humana, cheio de probidade e irrepreensível em sua vida privada. Era o dinamizador de iniciativas que importassem no progresso da cidade e na melhoria do nível social e cultural. Era, ainda, o homem de espírito aberto, sempre com um dito chistoso, uma blague ou trocadilho inteligente, que não descambava, nunca, para a pornografia ou a vulgaridade.

Sem fugir da austeridade de seu cargo, sem permitir intimidades que o diminuíssem, resguardando, sempre, sua posição de magistrado, do apaixonado facciosismo da época, ninguém mais do que ele sabia dar

vida e brilho às reuniões sociais, a uma comemoração cívica e mesmo a qualquer daquelas festas de igreja, da qual se aproveitava a sociedade da época para encontrar-se.

A judicatura do dr. Machado em Corumbá não podia, porém, durar muito tempo. Àquela época havia uma certa dependência do Poder Judiciário ao Executivo. E no Poder Executivo estava um homem prepotente, de pouco diálogo.

Embora amigo e pessoa de confiança de Joaquim Murтинho – o homem a quem o juiz devia seu cargo – não era do feitio de Totó Paes – ou as próprias condições da época não permitiam que fosse – ver uma ordem sua contrariada, ou repelida uma ação do interesse de sua política. Também não tinha o espírito de aceitar que seus desafetos tivessem o mesmo tratamento de seus amigos e correligionários.

O certo é que um dia um inimigo político do poderoso chefe chegava às portas do fórum de Corumbá com um pedido de hábeas-cópus que feria frontalmente os interesses do governo.

Mal fora a petição entregue e já o presidente, em Cuiabá, tomava conhecimento da matéria e se empenhava em anulá-la. O juiz era pessoa de sua confiança, de alguma forma dependia dele. Assim, a solução melhor seria telegrafar-lhe solicitando denegasse o pedido.

Não conhecia bem a inteireza, o espírito de independência, a ânsia de justiça do juiz Eduardo Olímpio Machado.

Recebido o telegrama, o magistrado ainda se deu ao trabalho de estudar cuidadosamente os fatos argüidos, à luz da lei. Desse exame concluiu ele pela liquidez do direito do impetrante. Não havia outra alternativa para um julgador honrado, que fazia da toga um manto protetor para os injustiçados, que não fosse conceder o hábeas-cópus. E não via outro caminho para o amigo, de quem se exigia uma indignidade, senão demitir-se do cargo.

Concedeu o hábeas-cópus e se demitiu por telegrama, no começo do ano de 1904, depois de haver passado apenas um ano como juiz.

Demitiu-se, juntou todos os seus pertences e retirou-se para Nioaque. Evitou qualquer publicidade ao seu ato, negando-se sequer a comentá-lo. Não deu tempo, também, à cidade, para as despedidas. Não aceitava que seu ato fosse explorado pelas facções políticas. Mesmo saindo des-

contente, com o presidente, por uma intervenção que feria os seus bríos, não quis fazer de seu gesto um motivo de acirramento dos ânimos, já tão exaltados.

De Corumbá a Nioaque, em uma outra longa viagem, Eduardo Olímpio Machado levava, com a sensação do dever cumprido, as mágoas de um fracasso.

Até aquele instante, com vinte e oito anos e meio de idade, não justificara as esperanças de sua gente, quanto ao futuro. Na política partidária, seu caráter reto, sua intransigência com a corrupção e as injustiças o limitavam, assim como o horizonte estreito em que vivia. Na magistratura, seu ideal mais acalentado, um muro de intolerância se abrira à sua frente.

Se era duro pensar que não reeditaria os feitos do tio, mais triste, ainda, era entender que até os horizontes mais estreitos, que haviam emoldurado a vida do pai, lhe eram negados.

-----

# Otávio Gonçalves Gomes

---

Otávio Gonçalves Gomes (Coxim, 1916 – Campo Grande, 1992) escreveu diversos livros, dentre eles ONDE CANTAM AS SERIEMAS (1975), A POESIA DE MATO GROSSO DO SUL (1983); MATO GROSSO DO SUL NA OBRA DE TAUNAY (1991).

## Revoltosos na fazenda Esperança

Na fazenda Esperança, município de Coxim, propriedade de meu tio-avô Filadelfo Alves da Silva, a coisa foi muito séria. Quando o tio Delfo soube, já os revoltosos estavam muito próximos.

Homem destemido, fazendeiro acostumado a enfrentar a braveza da vida do sertão, matador de onça ou fera qualquer, que tivesse a ousadia de atravessar-lhe a frente, resolveu reunir a peonada e dar combate aos revoltosos.

Verdadeira loucura, naquele tempo, nunca se sabia quantos eram os rebeldes e quantos atacariam. Aqueles que tentavam resistir, o que era muito raro, tinham de fugir desesperadamente, depois, porque, se voltassem, a degola seria certa e seus haveres destruídos inapelavelmente.

Meu tio-avô não era homem de correr de caretas. Reuniu os homens que pôde, armou-se e entrincheirou-se debaixo do porão do sobrado em sua fazenda, cujos alicerces eram de pedra.

Na frente da casa havia uma cerca de aroeiras fincadas em pé, fechando o quintal. O mangueiro ao lado, também de aroeira, e um gramado enorme na frente.

Os revoltosos chegaram pelo gramado e o tio Delfo, ao contrário do que acontecia em toda parte, em que todo mundo fugia ou morria de medo quando os rebeldes chegavam – não demonstrava a menor perturbação. Falou cara a cara com o chefe do bando, a distância.

O velho, na janela, com o revólver quarenta e quatro, preto, na mão e escondido abaixo do peitoril da janela. Foi falando manso, conversando com o sujeito e observando-lhe as atitudes. Convidou-o a chegar e appear.

O revoltoso desconfiou, nunca havia visto aquilo. Uma pessoa sem medo, demonstrando completo domínio de si mesma, calmo, falando firme, com a mão direita escondida.

Havia recomendação expressa de que ninguém daria o primeiro tiro, a não ser o meu tio-avô. Se acaso fosse atirado, romperiam fogo todos de uma só vez. Os revoltosos, cabeludos, sujos, foram se aproximando cautelosos. O *seu* Filadelfo convidava-os para se aproximarem amigavelmente. Firme no gatilho do revólver, até que o revoltoso chefe, rápido como um gato, levantou a arma.

Foi a conta de o fazendeiro, que estava atento, guardar o corpo atrás do batente da janela e espocou o tiro, arrancando lasca da janela. A resposta foi uma saraivada de balas que, por sorte dos vasosores, perdeu-se quase toda nas aroeiras da cerca. Apenas o tio Delfo conseguiu acertar o invasor, que soverteu, escapando protegido pela cerca e pelo galpão da peonada.

Os rebeldes fugiram. O grosso da tropa que tinha como destino o Estado de Goiás, foi alcançado muito longe. Os revoltosos viajavam dia e noite. Não seria conveniente o regresso para vingança, e foram em frente.

Depois dessa escaramuça, veio o pior. Enfrentar os revoltosos não foi nada. Agüentar a onda de boatos, o medo generalizado é que foi duro.

Cada dia chegava um boato de que os revoltosos estavam se arregimentando para atacar a fazenda. Cada dia, um boato alarmante. Todo mundo tinha um pretexto para fugir da fazenda, até que o proprietário, cuja família já morava em Rio Pardo, ficou praticamente só e resolveu ir embora, também, procurar recurso.

Arreou sua besta ruana, de estimação, verdadeira papa-léguas, bem aperada, e se mandou em marcha batida, viajando dia e noite, cinqüenta léguas de distância. Fez o percurso em três dias.

Quando chegou, tinha no peito do pé uma ferida enorme, que durou meses para sarar. Chegou estropiado, ferido, esgotado.

## Atentado ao Presidente do Estado

A vila de Rio Pardo foi tão “importante” outrora que houve até um atentado ao Presidente do Estado, naquela localidade.

A vilota cochilava à margem da Estrada de Ferro Noroeste. Suas terras arenosas contribuíam para aumentar o calor asfixiante ao sol do meio-dia. Observando-se de longe, o ar tremia por sobre a areia branca, no fim da rua, lá para as bandas do córrego da Areia.

O tempo escoava lento, sem novidades, pachorrentamente, até que um dia se anunciou pelo telégrafo da estrada de ferro que o Presidente do Estado transitaria brevemente por lá. Naquele tempo dizia-se presidente do estado e este era o coronel Pedro Celestino Correia da Costa.

As lutas políticas andavam acesas naquela época. Correligionários e oposição se movimentaram desde Campo Grande, para receber o presidente. Só que a oposição preparava uma cilada para matar o governante do Estado, na sua passagem pela vila.

A parada do trem na vila era mais ou menos prolongada. Ali se serviam as refeições, no salão restaurante da própria estação. Um salão enorme, que era, também, sala de baile, nos dias de festa.

Um dos concessionários desse restaurante foi o espanhol alegre e prestativo Guilherme Santa Maria.

Sua comida era farta, saborosa e barata. Foi famosa em toda a Noroeste. Por ser muito farto e bom não ganhou dinheiro.

Guilherme Santa Maria foi um grande amigo de meu pai e posteriormente de toda a família. Na verdade, tornava-se amigo de todo mundo. E nós o estimávamos muito. Foi, depois, amigo e correligionário exaltado de Filinto Müller.

Pois bem, no dia apazado, o presidente Pedro Celestino chegou. O comboio estava parado na estação. Muita gente, aglomeração. A locomotiva tomava lenha calmamente como de costume, no triângulo – o viradouro das máquinas onde se localizava o lenheiro.

Aquilo demorava mais de hora.

Em dado momento soube-se que o famoso bandido Manuel Aparecido, baiano, que morava em Água Clara, estava na vila. Corria boato que

ele, obedecendo a ordens de chefes políticos, tramava matar o presidente Pedro Celestino. Foi aquele rebuliço. O presidente viajava sem escolta. Quando o bandido, com seus asseclas, cercou o vagão onde estaria o governante, para matá-lo, esse já se encontrava na locomotiva que partira em disparada.

O coronel Pedro Celestino Correia da Costa teve de sair sorrateiramente, tomar a locomotiva que manobrava para encostar na estação e fugir na máquina escoteira. O presidente se salvou e o bandido ficou famoso.

Diz o senador Fernando Correia da Costa, confirmando o episódio, que sua irmã, sogra do governador José Fragelli, ficou gaga muito tempo em consequência do trauma sofrido.

O bandido, que era, segundo diziam, manobrado intelectualmente por um dr. Gavião, de Campo Grande, fugiu, mas foi tenazmente perseguido. Tempos depois o famoso Aparecido morreu assassinado a mando de Quinca Honorato, por questão de mulherres.

O assassino, depois do serviço executado, tinha de apresentar os comprovantes, decepando as orelhas do morto. O “empreiteiro” arrancou da churrasqueadeira que trazia sempre à cinta e cortou as orelhas, uma após outra. Ainda com o sangue escorrendo, colocou-as no sapicuí de pano riscado e com alças de tira fina de couro cru. Com o bernal a tiracolo, o impassível matador foi dar conta do seu “trabalho”.

O professor Múcio Teixeira, que trabalhou na construção da Noroeste, afirma que assistiu quando foram cortadas as orelhas do morto. O assassino foi à casa de Quinca Honorato e exibiu as orelhas cortadas, já entumecidas, arroxeadas e com restos de sangue coagulado.

Quinca Honorato, apesar de afeito às lutas selvagens do sertão, nunca tinha visto aquilo. Não resistiu ao impacto e caiu morto...

Passado algum tempo, comentava-se na vila que o assassino não recebeu o salário do crime, mas é certo que teve o beneplácito de todos por ter livrado a região de um elemento perigoso.

-----

# Luís Alexandre de Oliveira

---

Nota. Ver biografia p. 21–24.

## O advogado e a colônia japonesa

O relacionamento do autor deste livro com a colônia japonesa data de 1919, em Aquidauana. Ali teve ele os primeiros alunos japoneses que queriam aprender Português. Vindo para Campo Grande, em 1923, esse relacionamento continuou. A colônia japonesa desta cidade mantinha uma escola rural, que foi afinal transferida para a cidade e instalada no local onde ainda hoje funciona, com a denominação de Escola Visconde de Cairu.

Surgiu logo um problema: achar um professor brasileiro para a escola, porque, até então, nela só se ensinava o japonês.

A colônia se reuniu e elegeu, com maioria de votos, o professor Luís Alexandre de Oliveira, que permaneceu muitos anos nesse cargo. Ensinar português às crianças filhas de japoneses não era fácil; elas eram criadas nas chácaras e falavam praticamente um dialeto da língua portuguesa. O curso de japonês era dado simultaneamente, embora em horário diferente. As crianças, entretanto, preferiam aprender o português, e por um motivo qualquer, tinham mais afinidade com o professor brasileiro. O professor japonês ressentiu-se dessa situação e passou a trançar os pauzinhos para afastar o professor brasileiro. Para tanto, ele começou a visitar os pais e a dizer que o professor brasileiro era analfabeto e não ensinava nada às crianças.

Diante dessa situação, os pais, através de uma comissão, procuraram o professor para científicá-lo do que havia contra ele. Ficou resolvido que seria escolhida uma banca de professores da cidade, para examinar os alunos e que a permanência assim do professor brasileiro dependeria do resultado desses exames. A banca seria composta de três professores:

um representaria os pais; o outro, o professor brasileiro; o terceiro presidiria a banca.

Um fato inusitado aconteceu então. No dia dos exames foi feita uma limpeza em regra no prédio; o professor brasileiro recomendou aos alunos que não dissessem nada ao professor japonês, nem aos filhos dele, do que ia acontecer. A matrícula da escola era, na ocasião, de aproximadamente oitenta alunos.

O professor japonês e os filhos envidaram todos os esforços para saber o que se passava mas nem um aluno lhes contou o que ia acontecer. Nesse mesmo dia, à tarde, a banca examinadora se reuniu e foi feito um exame nos alunos do terceiro ano. Não havia ainda o quarto ano. A impressão foi ótima e ficou devidamente documentada na escola; não restou ao professor japonês outro caminho senão pedir demissão. As relações assim do professor brasileiro com a colônia continuaram ótimas. Existia, contudo, uma minoria que não gostou do desfecho da questão e lhe imprimiu novo rumo.

A prefeitura de Campo Grande, graças à atuação do professor brasileiro, dava uma pequena subvenção à escola. Ela foi conseguida na administração do dr. Jônas Correia da Costa. Na época da questão, era prefeito o coronel Antônio Antero Paes de Barros. Com ele se ajuntaram os japoneses descontentes para forçar o professor brasileiro a trabalhar mais duas horas por dia com o mesmo ordenado. O coronel Antero, amigo e correligionário do professor, preferiu prestigiar os japoneses, surgindo daí um atrito entre o professor e o prefeito por não querer ele submeter-se ao capricho do prefeito e dos japoneses.

Veio a Revolução de 30 e o prefeito foi substituído por outro, que era completamente estranho ao meio, por ser gaúcho, vindo recentemente do Rio Grande. Aconteceu, então, o imprevisível.

O prefeito não sabia que existia um professor municipal na Escola Visconde de Cairu, que continuara dando aulas, apesar da mudança do prefeito. No fim do ano, ele foi chamado à prefeitura e lhe foi proposto um pedido de demissão em troca do recebimento dos atrasados. Esse pedido foi aceito alvissareiramente e, provisoriamente, o professor se afastou da escola, indo, a seguir, para o Rio de Janeiro, onde esteve seis anos, voltando, posteriormente, já como diretor da mesma escola. Havia, na cida-

de, uma corrente de brasileiros que queria fechar todas as escolas japonesas da cidade. Dessa corrente faziam parte um advogado de prestígio de Campo Grande, o inspetor estadual de ensino, o procurador-geral do Estado e o secretário-geral do Estado.

Já na iminência de o Brasil entrar na guerra contra o Eixo, o governo brasileiro publicou dois decretos que, em síntese, autorizavam o governo a desapropriar imóveis e propriedades de súditos do Eixo. Foi uma situação de pânico na colônia na época. A declaração de bens era obrigatória para todos esses súditos de Campo Grande e eles souberam de tais decretos três ou quatro dias antes do término do prazo. Foi um corre-corre geral; trabalhava-se dia e noite. Emissários trabalhavam na zona rural, trazendo escrituras para as declarações. O imóvel da Escola Visconde de Cairu passou, nominalmente, a pertencer ao diretor. No meio de grandes aflições, tudo foi resolvido. As forças que pleiteavam o fechamento das escolas foram vencidas e isso quando a polícia estava providenciando seu fechamento.

Entre as muitas acusações que circulavam contra as escolas, uma era de certa gravidade. Dizia-se que nelas não se cantava o Hino Nacional. Essa acusação foi facilmente desmentida e isso porque, há anos atrás, o comandante da Região, General Malan D'Angrogne, tinha ficado admirado. Visitando de surpresa algumas escolas japonesas, todas cantaram o Hino Nacional em sua homenagem. Na Escola Visconde de Cairu, até aconteceu algo interessante; o General chegou de surpresa e o professor de português ficou um tanto nervoso e errou o Hino Nacional, ao cantar com os alunos. Esse fiasco foi brilhantemente corrigido quando o professor mandou que os alunos cantassem sozinhos o Hino, saindo tudo às mil maravilhas. O General e o seu Estado-Maior ficaram surpresos com o fato. A acusação existente a respeito caiu por terra pois o diretor da Escola Visconde de Cairu, praticamente na direção de todas as escolas japonesas, desafiou os acusadores a visitar as escolas de surpresa para verificarem a veracidade, ou não, da acusação.

As coisas pioraram, quando foi declarada a guerra, por parte do Brasil, aos países do Eixo. Nessa ocasião, o governo pretendia confiscar a Cooperativa Agrícola de Campo Grande. O diretor assumiu a presidência da Cooperativa e passou a tratar com as autoridades em nome dela, evitando seu fechamento.

Alguns anos antes da guerra e durante todo o período dela, o diretor da escola foi uma espécie de cônsul honorário da colônia em Campo Grande, sendo intermediário das suas relações com as autoridades e até com a imprensa. Essa situação terminou só depois da guerra.

Nessa época, os bens da colônia foram devolvidos sem nenhum problema e o diretor deixou de ser o representante da colônia. Oficialmente, só deixou a direção da escola, quando se mudou para Belém do Pará. Na sua saída, foi homenageado pela colônia em peso e, posteriormente, foi agraciado, pelo governador de Okinawa, com um diploma de honra ao mérito por serviços prestados à colônia e tudo culminou com a comenda no quinto grau dada por S. M. o Imperador do Japão.

Decorridos mais de dez anos, o relacionamento do ex-diretor com a colônia não foi interrompido.

As perseguições que o diretor da escola sofreu durante a guerra, pelas suas ligações com a colônia japonesa, passaram; os perseguidores desapareceram. Hoje, a colônia tem no seu patrimônio histórico o fato de nenhuma escola japonesa ter sido fechada no Estado de Mato Grosso e de a Cooperativa Agrícola continuar existindo – o que não aconteceu no resto do Brasil.

-----